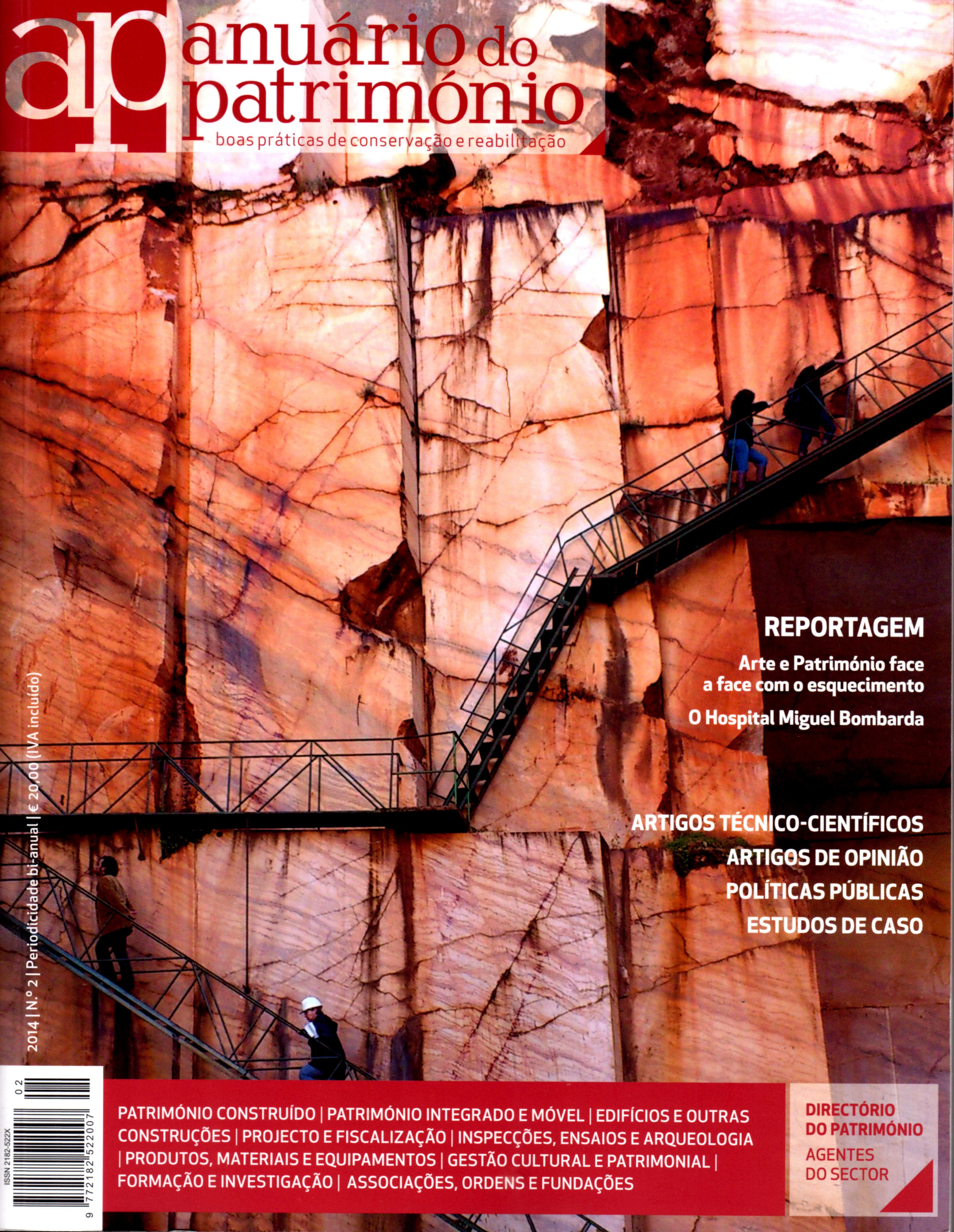
anuário do património

boas práticas de conservação e reabilitação



REPORTAGEM

Arte e Património face a face com o esquecimento

O Hospital Miguel Bombarda

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

ARTIGOS DE OPINIÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTUDOS DE CASO

2014 | N.º 2 | Periodicidade bi-anual | € 20,00 (IVA incluído)

ISSN 2182-522X

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO | PATRIMÓNIO INTEGRADO E MÓVEL | EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | PROJECTO E FISCALIZAÇÃO | INSPECÇÕES, ENSAIOS E ARQUEOLOGIA | PRODUTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS | GESTÃO CULTURAL E PATRIMONIAL | FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO | ASSOCIAÇÕES, ORDENS E FUNDAÇÕES

DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO

AGENTES DO SECTOR

● Artigos técnico-científicos ● Vária ● Directório do Património

DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO UMA FONTE DE CONSULTA 8

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO 9

A obra no antigo Convento do Salvador, Évora. Reutilização do património arquitectónico religioso 10
Estela Safara Cameirão

Intervenção no Convento das Maltesas. A Igreja de São João da Penitência 16
Sofia Salema, Pedro Guilherme

Reabilitação e ampliação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Núcleo do castelo e zona 9 das muralhas 24
Patrícia Soares

Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Lisboa. Reabilitação estrutural da cobertura e tratamento da estatuária da fachada 30
Fátima Basílio

Arte e Património face a face com o esquecimento. O Hospital Miguel Bombarda 38
Regis Barbosa, Sara Simões

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Reabilitação das coberturas, cantarias e paramentos 44
Gonçalo Byrne, João Pedro Falcão de Campos, João Appleton, Vasco Appleton, Ana Aquino, Margarida Ferreira da Rocha, Nuno Micael

Restauro de bens imóveis histórico-artísticos 51

PATRIMÓNIO INTEGRADO E MÓVEL 55

A Sala de Jantar e a Copa do Palácio de Monserrate. O projeto de reabilitação, conservação e restauro 56
Carla Maria Amorim Pereira

Conservação preventiva em museus regionais e municipais. A importância da formação 64
Maria de Fátima Matos da Silva, António Manuel Borges Pereira

A água nos edifícios religiosos da região alentejana. Estudos de caso 72
Ana Patrícia R. Alho

Tratamento conservativo de um conjunto de estelas medievais 78
Fernando Costa, Marta Oliveira

O esgrafito no Alentejo. Saber ver para proteger 86
Sofia Salema

Anjo Músico e São Roberto. Duas esculturas em terracota da capela-mor do Mosteiro de Alcobaça. Intervenção de conservação e restauro 94
António Salgado, Élis Marçal, Joana Dias

Conservação de património integrado e móvel 100

EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES 103

A ecopista de Évora. Um caso de regeneração urbana como resultante de processos de contaminação positiva 104
Andrea Gonçalves, Ana Tomé, Valério Medeiros

A acústica nas práticas de reabilitação. Conversão de casas de matriz unifamiliar em edifícios multifamiliares no centro histórico do Porto 112
Nuno Pinto Cardoso, Maria Cardoso

Ponte de Mosteirô. Reforço e reabilitação estrutural 120
Manuel Pinto de Abreu, Rui Matos Dinis

Reabilitação e reforço de elementos estruturais de betão armado em zonas sísmicas 125
Pedro Delgado, Patrício Rocha, Manuel Ribeiro, António Arêde, Nelson Vila Pouca, Aníbal Costa, Raimundo Delgado

Conservação e reabilitação de edifícios e outras construções 134

PROJECTO E FISCALIZAÇÃO 143

Quinta das Machadas de Cima, Setúbal. Restauro do sistema hidráulico 144
Raquel Carvalho, Cristina Castel-Branco, Maria Matos Silva

Quinta da Boa Viagem. Restauro do sistema hidráulico 152
Maria Matos Silva, Cristina Castel-Branco

O Moinho de Vilar em Vila Nova de Famalicão. Metodologia de intervenção no Património Molinológico da Água 160
Rogério Bruno Guimarães Matos

A Arquitectura Paisagista e o Património 171
Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas

Gonçalo Ribeiro Telles recebeu o prémio Sir Geoffrey Jellicoe 178
Regis Barbosa

Projecto e fiscalização 180

INSPECÇÕES, ENSAIOS E ARQUEOLOGIA 185

Uma escala de urgência de intervenção conservativa para os afloramentos de arte rupestre do Vale do Coa 186
António Pedro Batarda Fernandes

O ordenamento do território durante a Idade do Ferro do noroeste peninsular. Modelos evolutivos e cronologias dos povoados da bacia superior do rio Coura 192
Maria de Fátima Matos da Silva

Inspecção, diagnóstico e intervenção na cobertura de madeira de um edifício antigo de alvenaria de pedra 201
Tiago Ilharco, João Miranda Guedes, Valter Lopes, Alexandre Costa, Bruno Quelhas, Aníbal Costa

Coberturas tradicionais de madeira. Caracterização, inspeção e classificação 208
Jorge M. Branco, Paulo B. Lourenço

Chaminés de alvenaria de tijolo. Sistema construtivo de chaminés para fábricas no Porto entre os séculos XIX e XX 216
Aníbal Costa, Cilísia Ornelas, João Miranda Guedes, Esmeralda Paupério

Desempenho sísmico do templo romano de Évora 222
Daniel V. Oliveira, Seyed A. Nayeri, J. Vieira de Lemos, Rafael Alfenim, Paulo B. Lourenço

Avaliação do património em betão por processamento de imagem 228
Jónatas Valença, Eduardo Júlio

Entre cavalos e bovídeos da Idade do Gelo. Os 50 anos da descoberta da gruta do Escoural 234
Regis Barbosa

Inspecções, ensaios e Arqueologia 235

PRODUTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS 237

Reabilitação de coberturas cerâmicas. Caso prático 238
Pedro Lourenço

Diálogos entre património imaterial e material. O que dizem os artesãos sobre os revestimentos históricos com base em cal 246
Marluci Menezes, Maria do Rosário Veiga, Ana Rita Santos

Taipa contemporânea. Património em devir 252
Khadija Benis, Joana Braga, Joana Salgueiro

Produtos, materiais e equipamentos 259

GESTÃO CULTURAL E PATRIMONIAL 263

Portugal. 30 anos na lista do património mundial 264
Clara Bertrand Cabral

O Turismo Cultural e o Património 268
Rui Vera-Cruz, Ana Cruz

A salvaguarda do património cultural imóvel português 272
João de Almeida Filipe

Inventário do Património Cultural Imaterial dos Açores. Uma política para a defesa da espontaneidade 278
Jorge A. Paulus Bruno

A relevância nacional da Cultura Avieira. O património avieiro como elemento dinâmico de desenvolvimento sustentado 284
João Monteiro Serrano

Conservação e revitalização do património rural. Contributo para a definição de alguns princípios fundamentais a partir de uma experiência particular 292
Vítor Ribeiro, Miguel Reimão Costa

Reinventar o Património. Do latim inventare, invenire, «descobrir, achar» 300
Margarida Alçada

Rotas temáticas. Um contributo para o usufruto e manutenção do património do interior 302
Catarina Valença Gonçalves

A Rota do Românico. Identidade territorial 308
Rosário Correia Machado, Aníbal Costa, Esmeralda Paupério

Entrevista a Catarina Valença Gonçalves, fundadora da patrimonio.pt 314
Regis Barbosa

Gestão cultural e patrimonial | Rotas e itinerários | Comunicação e Média | Fotografia | Peritagem 316

FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO 319

Porque é necessário que as principais profissões da construção sejam regulamentadas 320
Vítor Cóias

Licenciaturas, mestrados, pós-graduações e doutoramentos 322

Cursos e acções de formação 326

Centros de investigação 327

ASSOCIAÇÕES, ORDENS E FUNDAÇÕES 329

Associações de defesa do património 330

Associações empresariais e profissionais 333

Ordens profissionais 334

Fundações 336

ÍNDICE ALFABÉTICO DAS ENTIDADES PRESENTES NO DIRECTÓRIO DO PATRIMÓNIO 337

INSPECÇÕES, ENSAIOS E ARQUEOLOGIA

O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DURANTE A IDADE DO FERRO DO NOROESTE PENINSULAR

MODELOS EVOLUTIVOS E CRONOLOGIAS DOS POVOADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

MARIA DE FÁTIMA MATOS DA SILVA | Professora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto | Investigadora Integrada do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», unidade de I&D da FCT – Grupo Paisagens, Fronteiras e Poderes | mfms@upt.pt

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma síntese sobre os diversos modelos evolutivos e o ordenamento territorial que a ocupação e organização dos povoados fortificados da Idade do Ferro, normalmente designados por castros, gerou no noroeste peninsular.

Igualmente, relacionamos os dados mais recentes relativos à área geográfica que temos vindo a estudar – a bacia superior do rio Coura – com as problemáticas em questão. Esses dados, alicerçados nos resultados obtidos em trabalhos de escavação arqueológica em diversos povoados e em cronologias absolutas conseguidas através de análises em laboratórios de radiocarbono, permitiram que estabelecêssemos uma cronologia dividida em três fases sucessivas. As mesmas traduzem uma ocupação do espaço e consequente ordenamento territorial distinto, naturalmente fruto de diversos tipos de organização económico-social.

Por fim, numa tentativa de trazer este passado para os nossos dias, apresentam-se, muito sumariamente, os resultados obtidos através dos projectos de reabilitação / valorização de que estes povoados foram alvo.

PALAVRAS-CHAVE

Ordenamento do território, povoados castrejos, Idade do Ferro

A bacia superior do rio Coura, território em grande parte coincidente com o atual concelho de Paredes de Coura, possui diversos vestígios do Paleolítico e do Neolítico. Outras épocas, mais recentes, também deixaram aí inúmeros legados, designadamente os povoados proto-históricos da Idade do Ferro ou a época Romana, igualmente com inúmeros e valiosos vestígios. A geomorfologia da região influenciou, através dos tempos, esta relativa densa ocupação. Trata-se de uma área de transição entre o interior e o litoral, a montanha e o vale, apresentando zonas de altitude muito variável que oscilam entre os 700 e os 835 m.

O rio Coura, de traçado sinuoso, corre em vale estreito, tendo vários afluentes e nascentes. Passa em cotas compreendidas entre os 500 e os 120 m. Separa esta área geográfica sensivelmente pelo meio, percorrendo um talvegue sinuoso e apertado no sentido NE-SO. Grande parte dos povoados ditos castrejos situa-se na zona oeste do vale, não longe do leito do rio, ocupando montes de altitude baixa e média (**fig. 1**).

Os diversos tipos de assentamentos da Idade do Ferro existentes no Noroeste Peninsular permitem que os organizemos em diversos modelos socioculturais explicativos da evolução desta sociedade e do seu ordenamento territorial, o que também sucede em relação aos povoados intervencionados na bacia superior do rio Coura.

APROVADO
COMISSÃO
CIENTÍFICA

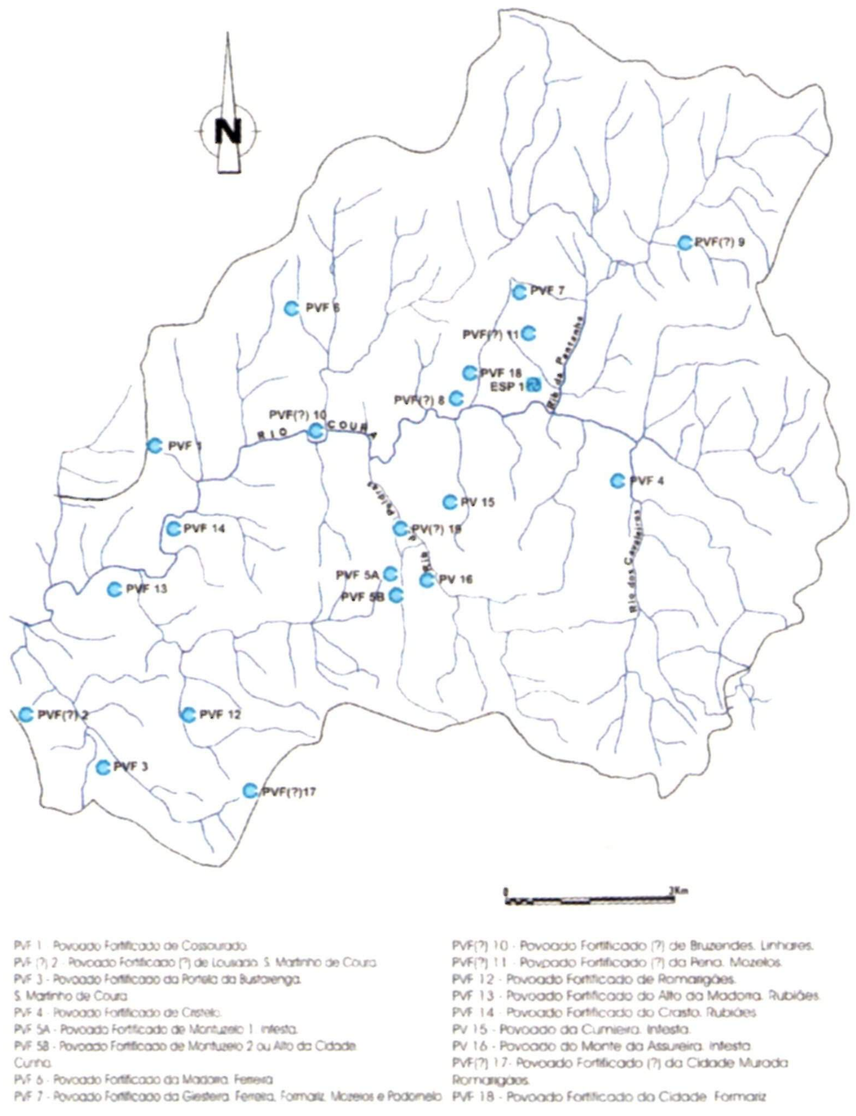
OS MODELOS SOCIOCULTURAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DURANTE A IDADE DO FERRO

No primeiro modelo podemos inserir os povoados que surgem, de um modo geral, entre os séculos IX e VII-VI a. C., herdeiros das sociedades do Bronze Final, que passam a ocupar locais geograficamente proeminentes. Apesar das influências que possam ter sofrido de outras sociedades, evoluíram a partir de uma população autóctone que foi estabelecendo laços com o ambiente geográfico envolvente, pelo que as atividades agrícolas e pastoris se vão desenvolvendo e facilitando uma sedentarização que conduziria à criação dos povoados ditos castrejos. Terão sido estas comunidades da Idade do Bronze que deram origem aos povoados fortificados que durante séculos deram continuidade às diversas tradições socioculturais do período anterior, sendo os elementos mais notórios os objetos de bronze. A tecnologia do ferro é bastante tardia e apenas alcança um florescimento considerável nos grandes povoados construídos na viragem do milénio e que nesta área geográfica do Alto Minho não existem.

Nesta época, a dualidade de situações é já um facto, pelo que este modelo inicial se apresenta de forma dupla: existiram povoados de grande envergadura que tomariam o papel de elemento centralizador de influência sobre outros – o designado lugar central – e outros de menores dimensões que, muito embora dispondo de autonomia e vida própria, estariam ligados aos primeiros. Essa relação encontrar-se-ia muitas vezes alicerçada nos elementos económicos geridos pelo povoado *centralizador*, concretamente a exploração de minério, que seria comercializado com outros povos, nomeadamente da bacia do Mediterrâneo. Este modelo parece ser válido para os povoados situados no litoral e para os situados nas proximidades de bacias hidrográficas navegáveis, como é o caso do povoado fortificado de Cossourado (**figs. 2** e **3**).

Contudo, existem outros que, tal como hoje, mercê da interioridade, estariam afastados desta realidade e a conheceriam apenas por contatos esporádicos. Os povoados periféricos poderiam ter o mesmo tipo de organização de um povoado que desempenhava funções de lugar central, mas não nos parece que a sua relação com os demais tivesse um

1



2

3

4

1. Bacia superior do rio Coura. Povoados e vestígios arqueológicos da Idade do Ferro.

2. Perspetiva norte do povoado fortificado de Cossourado.

3. Cabanas restauradas do povoado fortificado de Cossourado.

4. Taludes de defesa do povoado fortificado de Romarigães.

5. Estruturas do povoado fortificado de Romarigães.

6. Povoado fortificado de Cristelo.

7. Estrutura 1 do povoado fortificado de Cristelo. Ao fundo sobreposição de estruturas das duas fases de ocupação.

caráter tão economicista – teriam sobretudo uma relação que se efetuaria em função das necessidades desenvolvidas por cada sociedade, inserida numa realidade geográfica distinta. Muitos destes povoados, relativamente desenvolvidos, com uma estratificação social baseada nas relações de parentesco, com uma economia de subsistência de tipo comunitário, elegiam um ou outro produto para troca com elementos de outras comunidades.

Com os primeiros sinais da chegada de um povo invasor – os romanos –, os castrejos terão abandonado os seus povoados de destaque na paisagem, que dominavam vastas áreas associadas a meios de transporte aquático. Este abandono ter-se-á registado por volta dos séculos III-II a. C. Para este grupo, o modelo evolutivo terminaria aqui, como aconteceu em relação aos povoados de Cossourado e, eventualmente, de Montuzelo 1 (freguesias de Cunha e Infesta). O mesmo deve ter sucedido com os povoados de menores dimensões, mas cuja situação geográfica os tornava muito expostos, como é o caso do de Romarigães (**figs. 4** e **5**).

Estes povos, eventualmente associados a outros que também se deslocariam em fuga dos romanos – embora nos pareça que na maioria dos casos o abandono tenha sido pacífico –, vão fundar novos povoados, numa nova reorganização do território, regra geral próximo de áreas vivenciais anteriores, mas em locais camuflados na paisagem, de preferência com condições naturais de defesa, como é o caso de Cristelo (**figs. 6** e **7**). Alguns destes povoados, de pequenas dimensões, vão ter uma cronologia ocupacional relativamente reduzida face aos demais, sendo alguns abandonados aquando da chegada de Augusto à península e da consequente pacificação dos povos, para voltarem (ou não) a ser novamente ocupados, como se verificou com Cristelo.

Este grupo de povoados, dispersos por áreas distintas, muito embora podendo ser fornecedores de metais ou minério aos romanos, não vão assimilar facilmente os elementos da nova cultura: mantêm a sua forma de vida, não chegando sequer a sofrer alterações significativas após a pacificação. Paulatinamente deslocam o seu modo de vida para o vale, constroem da mesma forma, agora em povoações abertas, sem amuralhamentos, ficando afastada a condicionante geográfica defensiva, a camuflagem. Dedicam-se à agricultura, assemelhando-se economicamente ao *modus vivendi* romano, embora mantendo muitas das características autóctones.

Outros povoados, situados em áreas exteriores à bacia superior do Coura, sobretudo os que ocupavam áreas geográficas de maior envergadura, vão sofrer, com o contacto com os romanos, grandes alterações urbanísticas, económicas, sociais e culturais. Desenvolvem as estruturas habitacionais de forma organizada, num proto-urbanismo que tende para o agrupamento em núcleos, com construção de muralhas aparatosas. Adotam um sistema de construção diferente dos demais, com cabanas construídas com um aparelho mais elaborado, com ornatos nas padieiras e dintéis e com trísceles, por vezes, vazados. Em termos económicos amplia-se a exploração do território, criando-se uma atividade agrícola de facto. A sociedade complexifica-se, organizando-se segundo um esquema estratificado, no qual certos elementos eram heroicizados à semelhança romana, como o comprovam

as estátuas de guerreiros galaicos. Transforma-se, desta forma, a sua cultura e os seus traços simbólico-religiosos.

Apenas no século II d. C., ou posteriormente, estes povoados se esvaziam, começando então a generalizar-se o tipo de ocupação propriamente romana com a construção de *vicus* e *villas* com pedra aparelhada, colunas, tégula, adotando-se cerâmicas e outros elementos romanos, mas, por vezes, mantendo elementos da cultura material anterior. Evidentemente que, à falta de elementos cronológicos concretos, não podemos afiançar que estes dois tipos de modelo de ocupação do espaço são genericamente contemporâneos.

Estamos em crer que o apogeu dos grandes povoados castrejos apenas acontece aquando do contacto com os romanos e com os elementos técnicos que estes terão fornecido, relacionados, sobretudo, com o aperfeiçoamento dos instrumentos de ferro, material muito mais resistente do que os até aí disponibilizados. Elemento essencial para o novo tratamento da pedra (em termos de aparelhagem, de decoração e da elaboração de esculturas), para o tipo de exploração agrícola, entre outros. Ou seja, temos uma Cultura Castreja romanizada apenas muito tardiamente. Haveria que designar a fase compreendida entre os séculos VII e II a. C. como uma grande fase de Cultura Castreja autóctone.

Outra inovação que terá ocorrido na fase final da Idade do Ferro, a que o vale do Coura não terá sido alheio, foi a criação de povoados dedicados à exploração mineira, como parece ter sido o caso da Portela da Bustarenga (S. Martinho de Coura). A sua abundância, principalmente nas Astúrias, terá levado à diminuição de população em determinadas áreas. Esta redução populacional pode ter-se verificado também devido a uma deslocação para as capitais, como *Bracara Augusta*. Outros povos meridionais talvez se tenham deslocado, igualmente, para este tipo de povoados, forçados ou não. Noutras zonas, onde a abundância de minas era menor, os romanos deixaram o seu poder e a romanização fluir conforme os interesses dos povos autóctones.

A romanização tomou assim características peculiares, uma vez que trouxe elementos de aculturação aos povos autóctones, formando-se uma nova sociedade que convive com as novidades recém-chegadas conforme as suas necessidades e os desafios que lhe vão sendo colocados.

Nas áreas onde não existiram grandes povoados as populações autóctones deslocaram-se para o vale, misturaram-se com os romanos e construíram cabanas de tipo castrejo, eventualmente porque as técnicas de produção do chamado ferro / aço não estavam suficientemente divulgadas – só em fases posteriores se constrói à maneira romana. Neste tipo de povoamento do território ocorrem materiais nitidamente castrejos misturados com restos de objetos romanos e alto-medievais, numa amálgama civilizacional que nos confunde e que apenas os elementos epigráficos e numismáticos conseguem datar, situando esta fase nos séculos III e IV d. C. – como se verificou na bacia superior do rio Coura.

Já nos locais onde foi possível o desenvolvimento dos grandes povoados, mercê da produção do ferro / aço, os romanos, ao contrário do que seria de esperar, permitiram que os autóctones fizessem o reforço das muralhas – numa época em que a defesa era garantida pelos romanos e não pelas muralhas. Há aqui uma dualidade interpretativa: por um lado, os romanos permitem a manutenção do sistema tradicional de defesa, uma vez que não viam os Galaicos como inimigos; por outro lado, permitem que as muralhas, mais do que uma construção militar, proporcionem aos habitantes um meio de ostentação do seu apogeu, do seu crescimento económico. Chegamos então a uma interpretação semelhante à formulada em relação aos castros da primeira fase da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura: a construção de muralhas como ostentação de poder e, simultaneamente, como dissuasão de ataques.

É evidente que ainda persistem muitas dúvidas e que cada região terá evoluído de forma relativamente diferente. Contudo, esta diversidade não só constitui um aliciante para a continuidade das investigações, como é caracterizadora de uma sociedade que, apesar da diversidade, possui elementos de semelhança e de unidade que fazem com que seja enquadrada numa mesma cultura – a Cultura Castreja. Conseguiu, inclusivamente, criar nos povos invasores uma nova forma de lidar com os povos autóctones, que, ao adaptarem-se à realidade existente, introduziram paulatinamente transformações sem grandes atritos. É esta diversidade e originalidade que cada vez mais nos aparece no registo arqueológico, uma vez que os grandes povoados (Briteiros, Sanfins, Santa Tecla) que durante bastante tempo foram os mais estudados e que, consequentemente conduziram a teorias que tomaram o todo pela parte, tornando-se, erradamente, sinónimo da Cultura Castreja. Hoje esses povoados já estarão, a nosso ver, praticamente todos descobertos e estudados, não sendo provável que venham a surgir muitos outros da mesma dimensão. Não obstante, irão, com certeza, continuar a ser estudados povoados de outras tipologias e de outras cronologias. A diversidade de cada zona irá ditar novas interpretações e, quem sabe, teremos um dia uma imagem da Cultura Castreja diferente da que atualmente existe e é difundida na sociedade em geral – a dos grandes povoados da viragem do milénio –, uma imagem distante da realidade mas que é, ainda, com exceção de alguns meios académicos, a vigente.

AS CRONOLOGIAS ABSOLUTAS DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

As cronologias absolutas obtidas para os povoados da bacia superior do rio Coura foram conseguidas através da metodologia do radiocarbono, no Instituto Tecnológico Nacional (ITN, Sacavém) e no Laboratório de Radiocarbono da Universidade de Granada (UGRA). Os resultados foram diferentes entre os dois laboratórios, mas coerentes quando analisados de forma individual. As cronologias obtidas diferem, nos limites inferiores, cerca de 400 anos para as datações de Cossourado (UGRA = entre 350 e 190 a. C., entre 370 e 210 a. C. e entre 360 e 200 a. C.; SAC = entre 680 e 600 a. C. e entre 770 e 690 a. C.), não sendo a diferença tão flagrante no caso de Romarigães (UGRA = entre 520 e 380 a. C., entre 330 e 170 a. C. e SAC = entre 590 e 510 a. C.), onde se regista um intervalo substancialmente menor, entre 70 e 260 anos (**Quadro I** e **Gráfico I**).

Também no que diz respeito aos intervalos estipulados pelos dois laboratórios, existem diferenças significativas (c. 40 anos), tendo os resultados de Sacavém (±40) um intervalo correspondente a metade do tempo do de Granada (±80)[1].

Os resultados do ITN oferecem-nos cronologias substancialmente mais antigas, sobretudo no caso de Cossourado. Uma vez que não foi possível submeter mais amostras a análises para datação por C14, temos que nos socorrer de uma cronologia cruzada, nomeadamente recorrendo aos dados da cultura material (sobretudo os materiais de importação), para aferirmos as cronologias absolutas.

Os fragmentos de cerâmica mediterrânica de tradição ibero-púnica, os de cerâmica ática e as contas de colar encontradas e cronologicamente atribuíveis a finais do séc. V e inícios do IV a. C., são coerentes entre si. Podemos, teoricamente, apontar uma cronologia relativa de ocupação dos povoados de Cossourado e Romarigães para o séc. IV a. C., ou seja, numa época em que os dois povoados já teriam uma vivência plena. Quanto à data de implantação dos mesmos, não possuímos dados precisos que sustentem qualquer hipótese. Pensamos, contudo, que a implantação de Cossourado é anterior à de Romarigães, não obstante existir contemporaneidade de ocupação. Alguns dos elementos que nos levam a fazer estas afirmações prendem-se com a implantação geográfica de Cossourado, com a relativa abundância de objetos de bronze (estando a presença do ferro pouco registada) e com a quase ausência de gramática decorativa na cerâmica, o que é reforçado pelo facto de os únicos fragmentos decorados possuírem uma decoração de tradição «tipo Penha», calcolítica, com eventual continuidade na Idade do Bronze.

Tendo por base os elementos descritos e interpretados ao longo do texto, as datações de C14 e os elementos que se conhecem sobre a evolução histórica desta região, estabelecemos uma cronologia para os povoados da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura, dividida em três fases sucessivas.

A primeira fase cronológico-evolutiva do povoamento e consequente organização territorial ter-se-á verificado por volta dos anos 700 a 600 a. C., a acreditar nas datações do ITN, datas estas que coincidem com a Fase IB de A. Coelho Silva (1986). Nesta situação teremos os povoados de Cossourado e Romarigães. Como nenhum apresenta elementos que nos possam traduzir fases evolutivas com transformações significativas, consideramos que apenas existe uma grande fase de ocupação, que podemos situar entre 400 e 500 anos e que terá terminado historicamente aquando da aproximação das tropas romanas chefiadas por Décimo Júnio Bruto, entre os anos de 138 / 136 a. C.. Pensamos que as comunidades de Cossourado e Romarigães terão deixado pacificamente os seus povoados, antecipando-se aos invasores, e rumando a paragens que tanto podem ter sido de além Minho como da própria bacia do Coura.

A esta longa primeira fase sucederam-se outras duas bastante mais curtas no tempo, também condicionadas pelas incursões romanas. Dada a ausência de semelhanças ao nível da estratégia de ocupação do vale, do tipo de construção dos povoados e da cultura material, pensamos que os habitantes de Cristelo não conviveram com os de Cossourado e de Romarigães, pelo que este pequeno povoado terá sido implantado em data posterior às incursões de Décimo Júnio Bruto e nunca para além de 20 a. C., época historicamente apontada como a chegada de Augusto à Península. A segunda fase de Cristelo e terceira da bacia superior do rio Coura foi por nós balizada entre 20 a. C. e o século I d. C., altura a partir da qual o povoado foi abandonado.

A real assimilação da romanização faz-se posteriormente, por exemplo no vale em torno de Cristelo e noutras zonas da bacia superior do rio Coura, a partir da época Baixo Imperial, ou seja, na segunda metade do século III e princípios do século IV d. C..

Os vestígios da influência romana no povoado de Cristelo – designadamente uma mó circular movente – são unicamente resultantes de um empréstimo cultural. Os vestígios de superfície, os achados do lugar da Mó (Sigoelos, Ferreira), o tesouro monetário da Lameira (Silva e Silva,

QUADRO I. RESULTADOS DAS ANÁLISES POR C14 DOS POVOADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

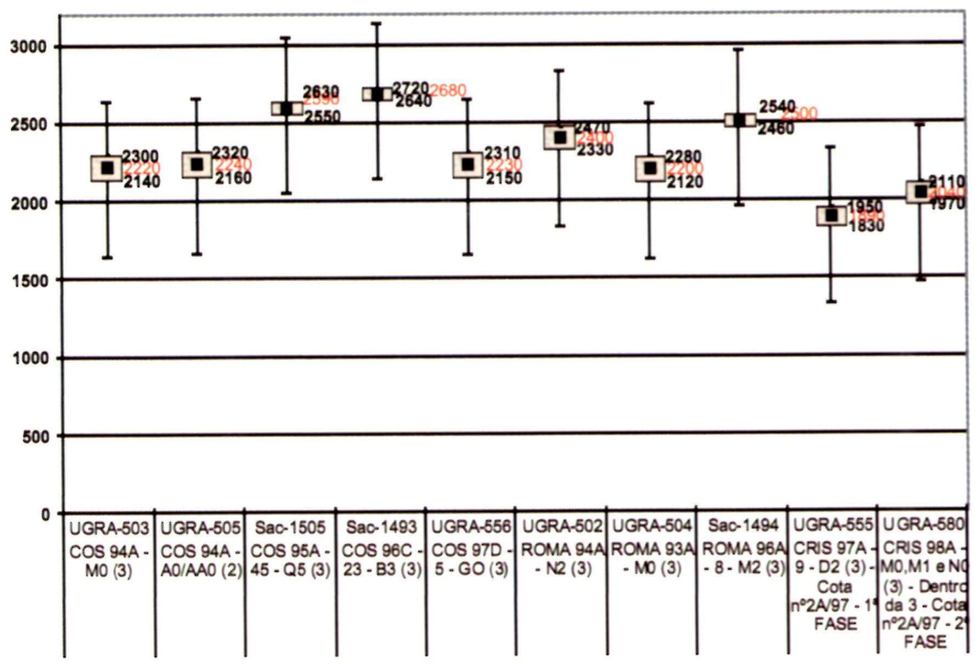
PROVENIÊNCIA (REFERÊNCIA DA AMOSTRA)	REFERÊNCIA DO LABORATÓRIO	DATAÇÃO B.P.	CONVERSÃO	DATA CALIBRADA[1]	TIPO / ESPÉCIE	OBSERVAÇÕES
COS 94A M0 (3) Interior da cabana 1	UGRA-503 (13/2/96)	**2220 ± 80**	Intervalo entre **350** e **190 a.C.** (350 - 270 - 190) **Séc. IV e II a.C.**	Interseções: **353, 304, 208** cal BC Método A - 1 sigma: **385 - 173**; 2 sigma: **403 - 45** Método B - 1 sigma (68,3%): **374 - 191**; 2 sigma (95,4%): **400 - 58**	Bolotas de carvalho carbonizadas[2]	Idade teórica: 2204 ± 78 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2220 ± 78
COS 94A A0/AA0 (2) Interior da cabana 1	UGRA-505 (13/2/96)	**2240 ± 80**	Intervalo entre **370** e **210 a.C.** (370 - 290 - 210) **Séc. IV e III a.C.**	Interseções: **361, 282, 257** cal BC Método A - 1 sigma: **392 - 189**; 2 sigma: **407- 57** Método B - 1 sigma (68,3%): **379 - 332** e **328 - 200**; 2 sigma (95,4%): **411- 47**	Tipo de giesta; *Quercus suber* (sobreiro); *Sambucus sp.* (sabugueiro); *Pistacia lentiscus* (lentisco)[2]	Idade teórica: 2246 ± 83 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2241 ± 83
COS 97D - 5 G0 (3) Parte interna da muralha	UGRA- 556 (29/2/00)	**2230 ± 80**	Intervalo entre **360** e **200** a.C. (360 - 280 - 200) **Séc. IV e II a.C.**	Interseções: **357; 288; 250** cal BC Método A - 1 sigma: **389 - 181**; 2 sigma: **405 - 49** Método B - 1 sigma (68,3%): **375 - 197**; 2 sigma (95,4%): **404- 55**	Madeira carbonizada	Idade teórica: 2234 ± 78 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2234 ± 78
COS 95A - 45 Q5 (3) Interior da cabana 5	Sac-1505 (22/1/99)	**2590 ± 40**	Intervalo entre **680** e **600 a.C.** (680 - 640 - 600) **Séc. VII e VI a.C.**	Interseção: **795** cal BC 1 sigma: **804-776** cal BC; 2 sigma: **815-762**; **622-599** cal BC	Bolotas carbonizadas	—
COS 96C - 23 B3 (3) Interior da cabana 1C	Sac-1493 (22/1/99)	**2680 ± 40**	Intervalo entre **770** e **690 a.C.** (770 - 730 - 690) **Séc. VIII e VII a.C.**	Interseção: **818** cal BC 1 sigma: **838-805** cal BC; 2 sigma: **903-796** cal BC	Madeira carbonizada	—
ROMA 94A N2 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-502 (13/2/96)	**2400 ± 70**	Intervalo entre **520 e 380 a.C.** (520 - 450 - 380) **Séc. VI e IV a.C.**	Interseção: **407** cal BC Método A - 1 sigma: **753 - 696 e 533 - 393**; 2 sigma: **773 - 368 e 270 - 270** Método B - 1 sigma (68,3%): **755 - 687 e 539 - 392**; 2 sigma (95,4%): **771 - 369**	*Quercus sp.* caducifólio (carvalho)[2]	Idade teórica: 2404 ± 71 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2401 ± 71
ROMA 93A M0 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-504 (13/2/96)	**2200 ± 80**	Intervalo entre **330 e 170 a.C.** (330 - 250 - 170) **Séc. IV e II a.C.**	Interseções: **337, 324, 202** cal BC Método A - 1 sigma: **377 - 165 e 138 - 125**; 2 sigma: **399 - 36** Método B - 1 sigma (68,3%): **370 - 171**; 2 sigma (95,4%): **393 - 50**	*Populus sp.* (choupo ou álamo)[2]	Idade teórica: 2214 ± 83 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2197 ± 83
ROMA 96A - 8 M2 (3) Dentro da cabana 1	Sac-1494 (22/1/99)	**2500 ± 40**	Intervalo entre **590 e 510 a.C.** (590 - 550 - 510) **Séc. VI a.C.**	Interseções = **760; 672; 665; 632; 592; 584; 560** cal BC Intervalos para 1 sigma = **773 - 525** cal BC; para 2 sigma = **793 - 411** cal BC	Madeira carbonizada	—
CRIS 97A - 9 D2 (3) Cota nº2A/97 1ª FASE (exterior da cabana 1)	UGRA-555 (29/2/00)	**1890 ± 60**	Intervalo entre **120 a.C. e 0** (120 - 60 - 0) **Séc. II a.C. e I a.C.**	Interseção: **125** cal BC Método A - 1 sigma: **71 - 223**; 2 sigma: **4 - 253 e 302 - 315** Método B - 1 sigma (68,3%): **76 - 214**; 2 sigma (95,4%): **1 - 255** e **299 - 317**	Madeira carbonizada	Idade teórica: 1892 ± 64 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 1892 ± 64
CRIS 98A - M0,M1 e N0 (3) Dentro da 3 Cota nº2A/97 2ª FASE (interior da cabana 3)	UGRA-580 (03/5/01)	**2040 ± 70**	Intervalo entre **160 a.C. e 20 a.C.** (160 - 90 - 20) **Séc. II a.C. e I a.C.**	Interseção: **36** cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: **114 - 60**; Para 2 sigma: **196 - 121;** Método B - 1 sigma (68,3%): **113 - 59**; 2 sigma (95,4%): **330 - 330** e **200 - 126**	Leguminosas do tipo giestas, codeços e tojo[3]	Idade teórica: 2030 ± 67 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2039 ± 67

1) Calibração feita pela curva de Stuiver and Pearson 1993, 215-230, na Universidade de Washington, Quaternary Isotop Laboratory – Program REV 3.0.3. Stuiver, M. e Reiner, P. J. 1993, Radiocarbon, 35(1), 1-23; 25-33.

2) Análises feitas pela Prof.ª Doutora Maria Oliva Rodriguez Ariza do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Granada, a quem agradecemos.

3) Análises feitas pela Prof.ª Doutora Isabel Figueiral do Institut de Botanique de la Université de Montpellier II, a quem agradecemos.

GRÁFICO I. DATAÇÕES BP – COSSOURADO, ROMARIGÃES E CRISTELO



QUADRO II. CRONOLOGIA DE OCUPAÇÃO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA NA IDADE DO FERRO

FASES	POVOADOS FORTIFICADOS
FASE 1 – entre ± 700 a 138/136 a.C.	Cossourado e Romarigães – dados de escavação e datações C14 Giesteira e Montuzelo 1 – hipótese Montuzelo 1 deverá ter tido uma cronologia anterior – Calcolítico e Idade do Bronze (?)
FASE 2 – posterior a 138/136 a.C. até 20 a.C.	Cristelo (1.ª Fase) – dados de escavação e datações C14 Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Bruzendes, Alto da Madorra e Castro da Madorra – hipótese
FASE 3 – posterior a 20 a.C. e o século I d.C.	Cristelo (2.ª Fase) – dados de escavação e datações C14 Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Bruzendes, Alto da Madorra, Castro da Madorra, Alto do Castro e Castelo – hipótese

2007) ou os resultados da escavação do Sítio romano de Lis (Tarrio, Infesta) são cronologicamente concordantes, assim como o elevado número de miliários da via, reveladores de uma real implantação romana apenas na época apontada.

Estamos, assim, em presença de um vale ocupado em três fases sucessivas (**Quadro II**), com outros tantos reordenamentos do território, sendo que na fase 1 a ocupação se fez em povoados de média a grande dimensão, em locais geograficamente destacados na paisagem, ladeando o rio Coura, com boa visibilidade para outros povoados desta e de outras bacias hidrográficas. As linhas de defesa teriam uma função essencialmente de ostentação, de demarcação de um território de ocupação que se pretendia que fosse visto. Nesta fase 1 podemos englobar povoados como Cossourado, Giesteira, Montuzelo 1 e Romarigães, este último, com um modelo de implantação geográfica diverso dos demais.

Numa segunda fase, a opção por lugares de destaque na paisagem é abandonada, passando-se a escolher locais mais afastados do vale, do rio Coura e da zona de acesso, de deslocação e de potencial influência de outros povos, designadamente os romanos. O corredor que margina o rio Coura é abandonado, procurando-se locais de pequenas dimensões, camuflados na paisagem, onde se viriam a implantar povoados como Cristelo, Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Alto da Madorra, Castro da Madorra e, eventualmente, Pinheiro.

Na terceira, e última fase, temos a continuação da ocupação dos povoados da fase 2 do vale e, eventualmente, a ocupação de outros pequenos montes, nas proximidades do rio Coura, antecipando já os designados castros agrícolas – povoados de baixa altitude, instalados em pequenas colinas na planície por influência romana – de tipo idêntico aos conhecidos nos vales do Cávado e do Lima, que M. Martins (1988) situa no século II a. C., no primeiro caso, e B. de Almeida (1990) aponta para o século I a. C., no segundo.

Este modelo interpretativo da evolução da ocupação do vale superior do rio Coura, entre o Bronze Final e a Romanização, carece de informações mais precisas em relação a alguns pontos, que só intervenções arqueológicas noutros locais poderão proporcionar. Contudo, podemos afirmar que o noroeste peninsular constituiu, durante o último milénio a. C., um mosaico de povos que ocupam áreas mais ou menos extensas, com uma idiossincrasia própria, que se manifesta em segmentos da cultura material e noutras vertentes, estando, todavia, inseridos, no seu conjunto, numa realidade cultural aglutinadora de modelos e comportamentos sociais.

OS PROJETOS DE REABILITAÇÃO / VALORIZAÇÃO DOS POVOADOS

Efetuadas as primeiras campanhas em diversos povoados, gradualmente foi-se evidenciando Cossourado como estação arqueológica de potencial interesse científico e patrimonial, o que justificou, a partir daí, uma maior concentração de esforços com vista ao seu estudo e preservação[2]. O projeto incidiu em três domínios fundamentais: conservação / restauro / reconstituição; sinalização / informação e divulgação do povoado.

Os trabalhos relativos ao primeiro dos pontos enunciados iniciaram-se com a realização de um estudo do ambiente geoclimático, dos agentes erosivos e respetivas soluções de minimização de efeitos, ao qual se seguiu a desmatação de grande parte do *plateau* onde decorreram os trabalhos e a remoção dos entulhos resultantes das campanhas arqueológicas efetuadas. Procedeu-se de seguida à limpeza do espaço de intervenção do restauro, dos muros e do interior das estruturas, o que implicou a escavação até ao solo de base de todas as cabanas.

Efetuou-se, igualmente, a escavação de áreas sem construções, a desmontagem de alguns cortes estratigráficos e o nivelamento dos sectores. No interior e exterior das cabanas, o nivelamento dos sectores obedeceu a um plano possível de alinhamento das superfícies de terreno, numa lógica de aproveitamento do escoamento natural das águas, de acordo com a inclinação que se verifica no suporte de ocupação das estruturas. Nesse sentido, escavou-se até se atingir um nível inferior ao nível de ocupação (afloramento granítico, regra geral) e criaram-se pendentes vetoriais de escoamento das águas de superfície de dentro das estruturas para um local de saída, resultando na obtenção de um interior mais alto, que escoa para o exterior mais baixo. Noutros casos, pelo contrário, teve que se elevar o nível do solo com a deposição de terras, a fim de se obter o efeito pretendido. Desta forma, ficou, desde logo, preparado o terreno para a implantação do sistema de drenagem.

A conservação, restauro e reconstituição das unidades arquitetónicas obedeceu, por sua vez, a um esquema que compreendeu diversas ações: estudo das estruturas; análise dos paramentos e argamassas; escolha das argamassas a aplicar no restauro; conservação e restauro das estruturas de habitação e de serviços, com alinhamento, verticalização e consolidação dos muros; conservação e restauro da muralha interna e da entrada; e, por fim, reconstituição parcial de todas as estruturas que haviam sido escavadas até à data de execução do projeto, não alterando, contudo, os dados arqueológicos.

Relativamente a esta última ação, importa referir que, após se proceder à análise de várias soluções, se optou por criar uma divisória entre o muro de origem e a parte reconstruída, mediante a colocação de uma fibra geotêxtil. Este elemento de descontinuidade, apenas visível na parte interna das estruturas, não alterou a informação e está de acordo com o conceito de reversibilidade. A reconstituição propriamente dita seguiu o tipo de paramento existente, tendo sido utilizada a pedra proveniente da camada de derrube. Concluída a reconstituição de todos os muros, estes foram tratados com um hidrofugante incolor e um biocida. O perfil dos muros, por seu lado, foi deixado, no final, o mais irregular possível.

A aplicação do sistema de escoamento das águas incluiu um processo de drenagem para cada estrutura, inserido num sistema geral. Este processo foi efetuado, como referido, através da criação de pendentes seguindo a inclinação natural do terreno, ao que se sobrepôs uma manta geotêxtil, uma camada de gravilha e, por fim, terra retirada aquando da escavação arqueológica.

Os trabalhos de reconstituição das estruturas ficaram concluídos com a construção integral, baseada nos dados obtidos através da escavação arqueológica, de duas construções-modelo: uma circular, que terá servido essencialmente para habitação e realização de tarefas domésticas, e uma alongada, de maiores dimensões, que terá sido utilizada, sobretudo, como local de trabalhos diversos. Tal como em relação às restantes construções, foi aplicada nestas cabanas apenas pedra recolhida no povoado ao longo das campanhas de escavação. A cobertura construída em madeira assenta diretamente a sua estrutura no limite superior da parede, sem o auxílio de qualquer elemento de sustentação.

As análises antracológicas efetuadas aos restos lenhosos carbonizados recolhidos nas diversas campanhas arqueológicas indicaram a giesta como material utilizado no sistema de cobertura. No entanto, optou-se por aplicar o colmo, por uma questão de durabilidade, de resistência e pelo facto de ser mais impermeável à ação das chuvas abundantes que se registam na região[3].

Relativamente ao segundo ponto referido – sinalização / informação – foram colocados dois tipos de placas: as placas indicativas de acesso rodoviário e as placas didático-explicativas. As segundas, bilingues e em número de quatro, foram distribuídas pela estação arqueológica, cada qual com uma função distinta: apresentação do povoado, caracterização do habitat, explicitação do sistema defensivo e apoio ao núcleo construído.

No que diz respeito ao terceiro e último ponto – divulgação do povoado – foi elaborado diverso material com características marcadamente pedagógicas: dois desdobráveis (um destinado ao público juvenil e outro ao público adulto), um jogo didático do tipo *puzzle*, uma coleção de postais e outra de diapositivos e um livro profusamente ilustrado, de leitura fácil, que pretendeu sintetizar os conhecimentos obtidos. Posteriormente realizaram-se muitas outras atividades e publicações: umas com caráter pedagógico e, outras, científico. Dentro das diversas atividades realizadas há a destacar uma reconstituição histórica ao vivo.

Os trabalhos de valorização do povoado fortificado de Romarigães seguiram um plano previamente elaborado, que visava uma futura musealização da estação. Realizaram-se, então, estudos relativos à forma de conservação e reconstrução das estruturas existentes, ao declive e aos níveis de escorrência do mesmo, de forma a planear o sistema de drenagem. Contudo, os diversos incêndios de que este povoado tem sido alvo afastaram a hipótese de qualquer trabalho de valorização do povoado, pelo que apenas se procedeu, após o término da escavação no sector A, à consolidação, restauro e reconstituição parcial das estruturas.

Dado tratarem-se de edificações bastante deterioradas, se se mantivessem expostas aos agentes atmosféricos, sem qualquer proteção, um conjunto de ações físicas e químicas prejudiciais acabariam por, em um curto espaço de tempo, pôr em causa a sua integridade, levando ao seu desaparecimento total.

Os trabalhos de preservação iniciaram-se com a limpeza da terra existente nos interstícios das pedras, nos quais se colocou uma argamassa previamente elaborada. Esta argamassa pretendeu ser, tanto quanto possível, semelhante à preexistente, pelo que foi elaborada com areia de seixos quartzíticos de rio (o que lhe confere uma tonalidade acastanhada) misturada com água e uma pequena quantidade de cimento, no sentido de lhe dar uma maior consistência, tentando contornar as condições adversas do clima, muito chuvoso.

Após a consolidação da edificação procedeu-se à colocação de uma linha divisória entre aquela e a parte a reconstruir, tendo-se para o efeito utilizado placas de xisto negro e acastanhado, provenientes da própria estação, distribuídas de 20 em 20 cm.

A reconstrução foi elaborada com pedra retirada da camada de derrube da estrutura, seguindo-se a mesma técnica de construção e o mesmo tipo de aparelho e de

paramento originais[4]. Outras estruturas existentes, como uma lareira, foram consolidadas e reconstituídas com as pedras originais.

Igualmente toda a área interna e externa das duas estruturas existentes foi alisada e nivelada, seguindo a pendente do terreno (de nascente para poente), de modo a que o escoamento das águas pluviais se faça naturalmente.

A sinalização do povoado apenas foi feita com placas indicadoras do acesso.

Os trabalhos de valorização do povoado fortificado de Cristelo, pela falta de conjugação de diversos fatores essenciais, nunca foi realizada, pelo que se resumiram, aquando da finalização da intervenção arqueológica, ao arranjo de todo o sector escavado, com o alisamento do nível escavado, quer interno, quer externo às estruturas, de forma a criar zonas de escoamento das águas pluviais[5].

No sentido da divulgação dos povoados concederam-se várias entrevistas em rádios locais e regionais, elaboraram-se e publicaram-se várias notícias em jornais locais, regionais e nacionais, bem como no *Boletim Municipal*. De igual forma, foram publicados diversos artigos científicos, a Carta Arqueológica e, parcialmente, a nossa tese de doutoramento.

O espólio arqueológico destas estações arqueológicas encontra-se devidamente estudado e tratado em termos de conservação e restauro e está exposto no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

Procurou-se, desta forma, converter estas estações arqueológicas num pólo de dinamização pedagógica, turística e cultural, integrando-as de forma sustentada no meio em que se enquadram.

* *Artigo redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.*

NOTAS

1. No povoado de Cristelo o problema não se coloca pelo facto de apenas possuirmos resultados de análises efetuadas pelo Laboratório de Granada. De acordo com a informação concedida, a incoerência registada deve-se não às amostras, mas antes à diferença de metodologia empregue nos dois laboratórios em questão.

2. Nesse sentido, e dando sequência ao trabalho desenvolvido, foi elaborado o designado Projeto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado financiado em 75%, pelo II Quadro de Apoio Comunitário, ao abrigo do Sub-Programa C do PRONORTE (Programa Operacional do Norte) e, em 25%, pela Câmara Municipal de Paredes de Coura.

3. Infelizmente, nos últimos anos, algumas intervenções a que somos alheios, sem acompanhamento arqueológico ou aprovação dos organismos da tutela, têm alterado os objetivos iniciais a que nos propusemos.

4. Ou seja, colocando-se pedras de tamanho médio a grande no limite da parede e de tamanho miúdo e envoltas em argamassa, no enchimento interior.

5. A manutenção foi feita durante alguns anos por trabalhadores da autarquia, sob a nossa orientação, tendo a estação sido, posteriormente, abandonada. Por este motivo não foi feita a sua sinalização.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, C. A. B. (1990). Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima. *Estudos Regionais*, 7 / 8. Viana do Castelo.

Martins, M. (1988). A Arqueologia dos Castros do Norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, 3-4. Porto, p. 11-36.

Silva, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins. Paços de Ferreira.

Silva, M. F. M. (1994). O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação. *Cadernos de Arqueologia e Património – Monografias*, 2. Paredes de Coura.

Silva, M. F. M. (2007). Os modelos interpretativos sócio-culturais e a evolução cronológica da Cultura Castreja: ensaio de síntese. *Actas do Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta*. Ponte da Barca.

Silva, M. F. M. (2008). A evolução cronológica da cultura castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio de síntese. *@rqueología y Territorio*. Universidade de Granada, n.º 5. p. 49-77. http://www.ugr.es/~arqueol/docencia/doctorado/ArqyT/Index.htm.

Silva, M. F. M.; Silva, C. G. (2007). *Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura*. Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Silva, M. F. M.; Silva, C. G. (2008). Valorização, rentabilização e difusão como culminar do processo de gestão do Património arqueológico – O caso do povoado fortificado de Cossourado, Paredes de Coura. *Praxis ARCHAEOLOGICA* 3, p. 91-116. http://www.aparqueologos.org/index.php.